Actualizado a 19/03/2015, 19:50 São Filipe, 20 Mar (Inforpress) - Os três presidentes das câmaras municipais da ilha do Fogo têm sentimentos diferentes em relação à actuação do Governo para com os seus respectivos municípios nos últimos quatro anos. João Aqueleu Barbosa Amado, edil de Santa Catarina do Fogo, em entrevista à Inforpress a propósito do quarto aniversário do Governo da VIII legislatura, liderado por José Maria Neves, considera que a relação entre os dois poderes, local e central, “é satisfatória”. Admitiu, entretanto, que essa relação podia ser melhor se houvesse a tal “descriminação positiva” para com o seu município, que considera ser “o mais pobre de Cabo Verde”. Aqueleu Barbosa Amado fez saber, a propósito, que a edilidade submeteu ao Governo, através dos seus vários ministérios e departamentos, vários projectos para financiamento e que, segundo ele, terão impacto na pesca, no turismo e na cultura, mas que ainda não teve qualquer “feedback”. A nível de parcerias e contratos-programa, há a destacar o contrato celebrado com Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, no quadro do plano ambiental, cujo valor, segundo o autarca, “é pouco” para a realização das actividades. Santa Catarina, conforme indicou, recebeu comparticipação para a construção do campo de futebol mas cujo valor, “é insignificante tendo em conta a comparticipação dada aos outros municípios”, e em relação ao edifício dos Paços do Concelho, em construção, não obstante a promessa do executivo, ainda a câmara não recebeu qualquer apoio. O presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo disse que aguarda pela discriminação positiva que o seu município merece tendo em conta o nível de pobreza extrema. Para Carlos Fernandinho Teixeira, edil dos Mosteiros, a relação “é positiva e baseada no respeito mútuo entre os dois níveis de poderes, na cordialidade e subsidiariedade”. Quanto a parceria, o autarca mosteirense referiu-se à celebrada no quadro da taxa ecológica, que é reduzida, tendo em conta a escassez de recursos do país, mas defende que para um município como Mosteiros, que depende entre 65 a 80 por cento dos recursos transferidos devido a baixa taxa tributária, é necessário maior transferência de recursos para realização das actividades. Para Fernandinho Teixeira, é preciso apostar na melhoria de sectores como abastecimento de água, electricidade, saneamento, habitação social, entre outros. No que concerne a promessas por cumprir da parte do executivo, anotou que o anel rodoviário ainda não chegou ao seu município, esperando que no decurso de 2015 ou em 2016 esta obra seja concretizada “por ser estruturante para o desenvolvimento da ilha e dos Mosteiros, em particular”. Das promessas concretizadas, o edil mosteirense destaca a nova escola secundária e o projecto “casa para todos”, mas defende um maior engajamento e aposta nos sectores da agricultura e pecuária, em que "existem grandes potencialidades". Segundo Fernandinho Teixeira, é preciso apostar na colocação de quadros qualificados e na assistência técnica para apoiar os dois sectores. Já o presidente da Câmara Municipal de São Filipe, Luís Pires, considera que as relações com o Governo “são excelentes”. Trata-se de um relacionamento baseado no princípio da subsidiariedade e, sempre que possível, a complementaridade de acções tem funcionado, no limite dos constrangimentos naturais do país, precisou. São Filipe beneficiou de algumas “parcerias boas” com o Governo e seus departamentos nomeadamente, a melhoria de alguns acessos e arruamentos, a implementação do programa "São Filipe, município limpo, verde e colorido", a criação de condições para o empoderamento da população rural e a melhoria e construção de habitações sociais. Dos projectos realizados pelo executivo com grande impacto em São Filipe, Luís Pires apontou a escola secundária de Ponta Verde, ampliação do porto de Vale dos Cavaleiros, 30 quilómetros do anel rodoviário, ampliação do aeroporto de São Filipe, central fotovoltaica, substituição e melhoria da rede eléctrica e de água, 10 furos de água,

Centro Pós-Colheita, de entre outros. Luís Pires espera "intervenções enérgicas e estratégicas" no sector do turismo aproveitando uma onda positiva no pós-erupção, a consolidação do sector energético com impacto sobre os grandes investimentos já feitos no sector da água, a conclusão do projecto “casa para todos” e a criação de um ambiente favorável à construção a médio prazo de um aeroporto internacional para a região Fogo e Brava. JR Inforpress/Fim